

GT – QUESTÃO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL
Modalidade da apresentação: Comunicação oral

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA: algumas
considerações sobre o trabalho do (a) Assistente Social na Assistência
Estudantil diante das medidas de ajuste fiscal**

Adhna Raquel Araújo de Souza

RESUMO

Nos últimos anos o Estado brasileiro tem posto em prática uma série de reformas. Estruturadas a partir da política de Ajuste Fiscal, estas ações se configuram enquanto uma verdadeira contrarreforma, cujo objetivo se fundamenta prioritariamente na superação do Estado de crise para o capital. Frente a isso, o presente artigo tem como finalidade discutir as condições de trabalho do/da Assistente Social na Assistência Estudantil diante das medidas de ajuste fiscal nas políticas públicas sociais brasileiras, a partir da realidade observada na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, baseado em pesquisa bibliográfica e documental. Levando em consideração o desenvolvimento da política de Ajuste Fiscal e sua relação com as políticas públicas sociais, busca-se apresentar de que forma a contrarreforma em curso tem se refletido na educação superior brasileira e no trabalho do Assistente Social na Assistência Estudantil. Espera-se que esta discussão contribua no debate a respeito da inserção do/da Assistente Social nas políticas de Educação Superior e viabilize tanto a compreensão sobre os rebatimentos da política de ajuste fiscal na garantia ao acesso à Assistência Estudantil, quanto demonstre as condições de trabalho dos Assistentes Sociais nesse contexto.

Palavras-chave: Ajuste Fiscal. Assistência Estudantil. Assistente Social.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Estado brasileiro tem posto em prática uma série de reformas. Estruturadas a partir da política de Ajuste Fiscal, estas ações se configuram enquanto uma verdadeira contrarreforma (BEHRING, 2008), cujo objetivo se fundamenta prioritariamente na superação do Estado de crise para o capital.

Nesse sentido, a política de Ajuste Fiscal – que diz respeito a um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado, orientadas pelo movimento internacional do capital, cujo objetivo se fundamenta na realização de práticas que assegurem o pagamento de juros, encargos e a amortização da dívida pública – tem sido desenvolvida pelo Estado brasileiro através da apropriação das contribuições sociais destinadas à Seguridade Social e das renúncias fiscais. Estas intervenções, que se

concentram em grande parte na seguridade social, também tem sido realizada em outras áreas, como na educação, por exemplo.

Ademais, não é de hoje que a educação é alvo do movimento internacional do capital. Desde a década de 1940, as organizações internacionais realizam orientações aos países periféricos no âmbito da educação. Se falarmos na especificidade do Ensino Superior nesse sentido, o Brasil foi um dos países que mais se comprometeu em materializar as indicações realizadas pelo Banco Mundial.

Destarte, com o atual cenário brasileiro, de retomada do ideal neoliberal, a tendência ao “ajuste” ganhará ainda mais espaço, e os cortes na área da educação e da seguridade social se tornarão cada vez mais frequentes. Levando em consideração que o objetivo principal da política de Ajuste Fiscal é o corte nas políticas sociais de assistência àqueles que mais precisam (tendo em vista que é nela que alegam existir o maior déficit orçamentário), também há uma tendência ao afunilamento dos recursos destinados a Assistência Estudantil, uma vez que este se trata de um programa suplementar a política de educação e ainda não se constitui enquanto política.

Para além, ainda cabe assinalar que a consequente intensificação das condições de pauperização da classe trabalhadora e a complexificação das expressões da questão social perante esse contexto, também traz inúmeras mudanças ao trabalho dos Assistentes Sociais, seja este dentro ou fora dos âmbitos da seguridade social.

2 CONTRARREFORMA E ENSINO SUPERIOR

Durante os períodos de crise econômica, a dinâmica do capital tende a exigir de países “em desenvolvimento” a implementação de uma série de reformas que viabilizem a superação desse estado de crise. Essas idealizações, no entanto, não levam em consideração os contextos sócio-históricos e as especificidades de cada país, haja vista que são desenvolvidas de maneira generalizada pelas organizações internacionais e tem como objetivo principal o reestabelecimento da ordem econômica dos países centrais.

No Brasil, esta situação tem sido bastante vivenciada pelas políticas que compõem a seguridade social, no entanto, a educação também tem se caracterizado enquanto alvo desse projeto.

2.1 CONTRARREFORMA E AJUSTE FISCAL

Desde a década de 1970, quando o mundo passou por uma nova crise econômica, países periféricos têm vivenciado, sequencialmente, situações de ameaças e desmontes no âmbito estatal. Essa situação adquire novas características no final da década de 1980, quando, atrelada ao fortalecimento do neoliberalismo e ao intenso progresso da financeirização do capital, observa-se no mundo capitalista uma série de mudanças econômicas e sociais, atreladas principalmente às reformas no âmbito das políticas fiscais, sociais e trabalhistas.

Para o Banco Mundial (BM), segundo Fiori (1998, p.158), a crise econômica, social e política enfrentada pelo Brasil na década de 1980 diziam respeito ao corolário das falhas do modelo de desenvolvimento vigente, que se demonstrava "excessivamente protecionista, populista, e em última instância estatista". Para a superação dessa situação, seria necessário colocar em prática uma série de estratégias que viabilizassem a estabilidade econômica, e assim, deu-se início às privatizações, desregulações e principalmente aos cortes nos "gastos públicos".

Assim, com o discurso de fomentação do crescimento de mercado e com o intuito de assegurar a manutenção do capital através da transferência de responsabilidades públicas para esfera privada, o setor privado tem se apropriado de maneira direta ou indireta de recursos públicos.

A financeirização da riqueza implica em pressão sobre a política social, especialmente as instituições da seguridade social, pois aí está o nicho dos produtos financeiros. Com isso, as propostas neoliberais incluem a transferência da proteção social do âmbito do Estado para o mercado, a liberalização financeira passa pela privatização dos benefícios da seguridade social (SALVADOR, 2010, p.606).

Essas ações, indicadas pelos países-centro principalmente através do Consenso de Washington, buscavam – e buscam – interferir na dinâmica dos países periféricos, com o objetivo de garantir a efetivação dos interesses do grande capital,

através do pagamento da dívida pública externa e a manutenção da condição de subalternidade/dependência. Seu custo tem sido o desmonte das políticas públicas sociais, o aumento da desigualdade e o agravamento das situações de pauperização.

Essas medidas, fortemente implementadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e asseguradas durante os anos de governo do Partido dos Trabalhadores (governos de Luís Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2009, e de Dilma Rousseff, de 2010 a 2016), foram duramente restabelecidas com o governo ilegítimo de Michel Temer (2016 a 2018). A partir do golpe parlamentar-judicial-midiático (MANCEBO, 2017, p.878) realizado em 2016, foi possível perceber, cada vez mais, a adoção de medidas neoliberais que priorizam o capital financeiro e o pagamento da dívida pública externa.

Outrossim, a política de Ajuste Fiscal, expressão mais notável das ações neoliberais no país, consiste na adoção de um conjunto de ações desenvolvidas pelo Estado e orientadas pelo movimento internacional do capital, cujo objetivo se fundamenta na garantia de realização de superávits primários para o asseguramento do pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública. Essas medidas são estratégias de socorro ao capital em tempos de crise e têm sido desenvolvidas pelo Estado brasileiro através da apropriação das contribuições sociais destinadas à Seguridade Social e das renúncias fiscais (SALVADOR, 2017, p.427).

Essa situação, vivenciada de maneira intensa pelo país na década de 1990 e fortalecida nos últimos três anos, tem proporcionado o endossamento de discursos que alegam déficit orçamentário com o objetivo de justificar as contrarreformas em curso na esfera pública. Apesar de ser bastante notória na Seguridade Social, a política de Ajuste Fiscal tem sido implementada também em outras áreas. A Proposta de Emenda Constitucional de número 55 de 2016, que estabelece o teto para gastos na saúde, assistência social e previdência social pelos próximos 20 anos, também congela recursos destinados à política de Educação.

2.2 A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A PARTICULARIDADE DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO DE AJUSTE FISCAL

Desde o período de suas criações, entre as décadas de 1940 e 1950, os organismos internacionais exercem extremo poder coercitivo sobre os países periféricos. Como uma das suas exigências para o fornecimento de recursos financeiros através de empréstimos é a abertura para a realização de pacotes de reformas, inúmeras mudanças estruturais seguem sendo realizadas por diversos países, em especial pelo Brasil. Estas mudanças, denominada por esses organismos de "reformas", têm atingido em cheio as políticas públicas brasileiras.

A política de educação, assim como as políticas que envolvem a seguridade social, também tem sido alvo desse movimento retrógrado, e isso se dá em decorrência da educação possuir não só um papel de extrema importância no desenvolvimento crítico dos indivíduos, mas também de dotar inúmeras possibilidades para o capital, seja de manutenção de controle ideológico, especialização de mão de obra ou até mesmo enquanto nicho de mercado.

Se analisarmos cuidadosamente as indicações realizadas pelo BM e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e as regulamentações desenvolvidas pelo estado na década de 1990 no âmbito educacional, será possível constatar que tais orientações foram realizadas com grande empenho pelos governos brasileiros. A exemplo disso, podemos citar a defesa da concentração de investimento público na educação básica, com a alegação de que esta seria uma maneira de reduzir significativamente a pobreza (FREITAS, 2017, p.36). Essa orientação assegura que os países de economia dependente concentrem seus investimentos no ensino básico, enquanto os países desenvolvidos investem na ciência e no ensino superior, garantindo, assim, a manutenção da dependência tecnológica dos países periféricos.

Enquanto o Banco Mundial orienta os países periféricos a investirem em educação básica, os países ricos investem no ensino superior e em pesquisas de ponta. Isto contribui para o aumento da dependência tecnológica entre países desenvolvidos e os chamados países em desenvolvimento (CARDOZO, 2005 p.7, apud FREITAS, 2017 p.36).

Nesse sentido, em decorrência da definição dos gastos sociais prioritários, que seriam nas instancias que “reduziriam significativamente” a situação de pobreza em curto prazo, o financiamento das universidades federais passou a ser considerado um gasto social de caráter regressivo, que se destinava aos não pobres e privilegiados. Foi com essa afirmação que o ministério da fazenda buscou legitimar seu posicionamento, afirmando que a concentração de recursos nesse estágio reduziria o montante de recursos disponíveis às demais instâncias da educação (BRASIL, 2003a, apud REIS, 2016, p.21).

Desta forma, observou-se no país não só uma tendência a problematização sobre a oferta do ensino superior público e a tentativa de desmonte através da limitação orçamentária, como também a ampliação e o fortalecimento deste nível de ensino no âmbito privado.

3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E SERVIÇO SOCIAL

Na década de 1990 a assistência estudantil sofreu bastante com o avanço do neoliberalismo. Nesta época, em que o governo Fernando Henrique buscou readequar o país ao movimento de mundialização do capital, deu-se início, segundo Dutra e Santos (2017, p.154), a limitação dos investimentos no ensino superior público, além do processo de negação, por parte dos governantes, à promoção de recursos à assistência estudantil (KOWALSKI, 2012, p.94).

A materialização de todo esse processo pode ser observada através da Lei de Diretrizes e Base de 1996, que em sua estrutura concentrou boa parte de suas diretrizes para o âmbito da educação fundamental e apresentou, em seu artigo 71, inciso IV, a assistência estudantil como programa suplementar, não constituindo-se, assim, enquanto despesa de manutenção e desenvolvimento do ensino.

À vista disso, inúmeros movimentos eclodiram. Formado a priori por estudantes, trabalhadores da área e intelectuais que estavam insatisfeitos com o posicionamento do Estado frente à temática, as mobilizações ganharam cada vez mais força e adeptos. Dos sujeitos participantes, merece destaque o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) que congrega



pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis pelos assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil.

Buscando interferir no cenário até então vigente, de uma assistência estudantil fragmentada e desvanecida, o Fonaprace discutiu e elaborou uma política de apoio aos estudantes, e construiu inúmeras pesquisas de perfil socioeconômico dos discentes. Suas ações tinham por objetivo fortalecer a luta por uma universidade mais inclusiva e igualitária que, ao reconhecer a diversidade presente em si, distanciando-se da ideia de que apenas a elite está no ensino superior, possibilitasse a busca pela garantia e efetivação da assistência estudantil.

Em suma, o papel do Fonaprace foi imprescindível para a história da assistência estudantil brasileira, pois foi através dos resultados de suas pesquisas que se originou o Plano Nacional de Assistência Estudantil.

Mais tarde, já no final do governo Lula, este plano transformou-se em decreto-lei (nº 7.234/2010), saindo da sua dimensão enquanto política de governo para política de Estado (FONAPRACE, 2012, p.62, apud DUTRA; SANTOS, 2017, p.156). Assim, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) passou a assegurar o desenvolvimento de estratégias que possibilitassem a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica nas IES públicas, através de ações nas áreas de alimentação, saúde, moradia, transporte, esporte e apoio pedagógico.

Mais adiante, em concordância com o compromisso assinalado pelo PNAES, o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014-2024, trouxe entre suas metas a importância de se assegurar a assistência estudantil no ensino superior. O PNE apresentou a assistência estudantil como uma estratégia para a expansão do ensino superior, almejando não só a redução dos índices de desigualdade étnico-raciais como também a ampliação do acesso e da permanência de estudantes afrodescendentes, indígenas, com deficiência física ou intelectual e/ou oriundos do sistema público de ensino (BRASIL, 2014).

No entanto, apesar de desenvolver mecanismos que buscam a garantia da diminuição das desigualdades no processo de inserção – como as cotas – e



permanência – como o PNAES – no Ensino Superior, a efetivação dessas ações tem sido comprometida com os cortes orçamentários realizados nos IES.

3.1 O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Na Assistência Estudantil, o/a Assistente Social, junto aos demais profissionais que atuam na execução do programa, busca desenvolver estratégias que viabilizem a permanência do estudante caracterizado socioeconomicamente vulnerável na instituição. Situado no contexto escolar, familiar e comunitário (IFCE, 2016, p.27), o/a Assistente Social deve desenvolver seu trabalho através da perspectiva do Projeto Ético-Político da categoria, contribuindo não só para a permanência do estudante, como também para a redução das desigualdades socioeconômicas existentes no âmbito universitário, de maneira a contribuir para o acesso aos direitos sociais.

Comumente, as atividades do Serviço Social na Assistência Estudantil se voltam prioritariamente – mas não exclusivamente – ao processo de concessão de bolsas e auxílios, que visam garantir aos estudantes o acesso à recursos financeiros para permanência nas instituições. Assim, o trabalho dos assistentes sociais neste programa diz respeito principalmente à realização de entrevistas, estudos, visitas e pareceres sociais.

Diante disso, podemos afirmar que boa parte das atividades realizadas por esses trabalhadores se concentra no processo que antecede o acesso do estudante às bolsas e auxílios da instituição. Com a finalidade de compreender a realidade de cada estudante, essas atividades são realizadas (ou pelo menos deveriam ser) minuciosamente – não em um sentido policalesco, refratário e focalista, mas com todo o cuidado necessário para se apreender, dentro da dinâmica do próprio sistema, a realidade experienciada por cada estudante.

Apesar do processo de concessão de bolsas e auxílios ser essencial para Assistência Estudantil, o trabalho do/da assistente social não deve ser restrito à sua realização. A fim de garantir a efetividade do programa diante da realidade regional e institucional, a atuação desse profissional deve ir para além da realização de estudos, entrevistas e pareceres sociais. É necessário que, além disso, sejam desenvolvidas,

também, ações que possibilitem ao indivíduo o fortalecimento de sua autonomia, a participação e exercício da sua cidadania e a superação das situações de desigualdade, violência e opressão vivenciadas dentro e fora do ambiente acadêmico.

É importante salientar que o desenvolvimento dessa prática faz parte não só da lei que regulamenta o PNAES, como também é parte constitutiva do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Assim, é extremamente necessário que os profissionais não só tenham ciência da importância desse tipo de ação, como também defendam, promovam e executem atividades nesse contexto.

3.2 O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM TEMPOS DE CONTRARREFORMA

Diante do atual contexto, de enxugamento das políticas sociais, de contrarreformas e do crescente movimento de retomada neoliberal, a seguridade social encontra-se ameaçada. Temos vivenciado no país um intenso processo de retrocesso, onde direitos assegurados com a promulgação da Constituição Federal de 1988 encontram-se ameaçados. Assim, têm-se observado no país a ampliação da situação de desigualdade e a potencialização da situação de pauperização de inúmeros brasileiros. São essas pessoas e seus filhos que, ao ingressarem no Ensino Superior procuram a Assistência Estudantil. A Universidade não é um mundo à parte da sociedade, desta forma, também reflete dentro de si a realidade vivenciada para além dos seus muros. Como atualmente, segundo dados da Fonaprace e da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), boa parte dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior é oriunda da classe popular (tendo em vista que parte significativa dos estudantes que participaram da pesquisa é proveniente da rede pública de ensino e possui renda familiar per capita de aproximadamente um salário mínimo), inúmeras demandas têm se apresentado à Assistência Estudantil.

Nesse contexto, é imprescindível que o/a Assistente Social considere a totalidade em cada caso. Compreender o cenário social, político e econômico do país e da região é essencial para apreender as inúmeras expressões da Questão Social presentes na vida de cada usuário.

Assim, é importante considerar quantos desafios este processo traz para o trabalho do/da Assistente Social. Devido à complexificação das expressões da Questão Social, os profissionais do Serviço Social têm encontrado inúmeras dificuldades no desenvolvimento de estratégias para sua intervenção.

Para além, convém mencionar que em contexto de expansão do neoliberalismo, o trabalho do assistente social passa a ser questionado, enquanto o desenvolvimento de ações que visam superar as situações de desigualdade segue o movimento de realocação para o setor privado. Desta forma, os profissionais veem sua atuação limitada tanto pelos cortes de recursos, quanto pelo enrijecimento institucional.

A precarização dos serviços públicos contribui significativamente com o processo de responsabilização dos indivíduos no que concerne à proteção social, viabiliza o fortalecimento da centralização de demandas, a focalização das intervenções e promove o enxugamento dos serviços socioassistenciais – e isso, em todos os aspectos, interfere no trabalho do Assistente Social.

No caso específico da UFRN, a principal dificuldade encontrada pelos trabalhadores da Assistência Estudantil, segundo Souza e Moura (2018) diz respeito ao desenvolvimento de mecanismos que assegurem a permanência dos estudantes de origem popular na instituição diante da limitação de recursos. Há uma tendência ao recorte do perfil dos estudantes a serem assistidos, onde cada vez mais, mediante o aumento de solicitações e dos cortes de recursos destinados ao programa, se restringe o acesso a determinados auxílios às situações mais delicadas. Esta situação não só tem limitado a atuação dos/das Assistentes Sociais, como também tem acarretado o adoecimento desses trabalhadores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as reflexões realizadas ao longo deste trabalho, tornou-se possível compreender que a política de ajuste fiscal se apresenta como carro-chefe da contrarreforma em curso no país, e que esta, por sua vez, faz parte do projeto neoliberal difundido pelas organizações internacionais.

Frente a isso, o Estado tem colocado em exercício uma série de reformas estruturais, principalmente no âmbito das políticas sociais públicas, cujo objetivo se consiste na garantia da transferência de recurso público para o sistema de rotatividade internacional do capital. Nesse contexto, o desmonte da seguridade social, sob o discurso de déficit orçamentário, busca garantir a priorização do pagamento da dívida externa, a destruição do maquinário estatal e a privatização das demandas sociais.

Para além, se pôde constatar que a educação em nível superior tem sido alvo constante das organizações internacionais. Sob o discurso de que esta instância de ensino ultrapassa o que se constitui enquanto direito social e de que esta não contribui com a diminuição considerável e imediata dos níveis de pobreza, os organismos objetivam assegurar que os países periféricos concentrem seus investimentos no ensino fundamental, para que assim a condição de subalternidade financeira, acrescida da tecnológica e ideológica, seja mantida.

Apesar dessa situação e das inúmeras tentativas de desmonte do ensino superior público brasileiro, cada vez mais estudantes oriundos da classe popular tem ingressado nas universidades públicas. Esses estudantes, diante do cenário econômico e social brasileiro, levam consigo inúmeras demandas, que por sua vez são atendidas pela Assistência Estudantil. Assim, no âmbito da Assistência Estudantil, espera-se que os Assistentes Sociais possam, junto aos demais profissionais do programa e aos estudantes, fortalecer a luta para que o PNAES passe a ser uma Política Nacional.

Ainda levando em consideração o cenário econômico e político do país, observou-se que as possibilidades para a atuação dos/das Assistentes Sociais têm sofrido inúmeras delimitações, tanto pelos cortes orçamentários que interferem diretamente nas condições de vida da classe trabalhadora, quanto pelos consequentes limites institucionais.

Desta forma, acredita-se que há uma necessidade de ampliação de pesquisas acerca dos rebatimentos do ajuste fiscal na política de educação. São estudos necessários não apenas para compreender quais aspectos deste processo recaem diretamente sobre o trabalho do/da Assistente Social, mas também para possibilitar

uma análise cada vez mais ampliada das interferências das medidas neoliberais no acesso aos direitos e as políticas públicas sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Apontamentos sobre a política de educação no Brasil hoje e a inserção dos/as assistentes sociais. Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação. **Revista Universidade e Sociedade**. CFESS, GT de Educação. Brasília, p.12-27, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. Cortez Editora, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti.; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. Cortez Editora, 2011.

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p.53-76, 2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CFESS (Conselho Federal de Serviço Social). Subsídios para o debate do Serviço Social na Educação. Grupo de Trabalho Serviço Social na Educação. CFESS, 2011.

CHESNAIS, François. Doze teses sobre a mundialização do capital. In: **O Brasil frente à ditadura do capital financeiro**: reflexões e alternativas. Universidade Vale do Taquari de Ensino Superior, UNIVATES, 2005.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [s.l.], v. 25, n. 94, p.148-181, 2017.

FIORI, José Luís. **Os moedeiros falsos**. 1998.

FONAPRACE. (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis). **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2001.



FREITAS, Luciana da Costa. Ajuste estrutural e as contrarreformas no ensino superior brasileiro resultantes dos postulados neoliberais do Consenso de Washington.

Revista Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, n. 60, p.28-41, 2017.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, [s.l.], n. 129, p.285-303, ago. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ. Diretoria de Assuntos Estudantis – DAE.

Referenciais de atuação dos Profissionais de Assistência Estudantil (v.1) / Instituto Federal do Ceará. Diretoria de Assuntos Estudantis. – Fortaleza: IFCE, 2016.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2012.

LIMA, Kátia. Plano Nacional de Educação 2014-2024: nova fase do privatismo e da certificação em larga escala. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES, n.55, p.32-43, 2015.

LIMA, Maria Célia Nogueira; MELO, Marlene Catarina de Oliveira Lopes. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. **Revista Meta: Avaliação**, [S.l.], v.8, n.23, p.216-247, 2016.

MANCEBO, Deise. Crise político-econômica no Brasil: breve análise da educação superior. **Educação & Sociedade**, [s.l.], v.38, n.141, p.875-892, 2017.

MATOS, Maurílio Castro de. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n.124, p.678-698, 2015.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**, v. 4, 2006.

SALVADOR, Evilasio da Silva. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n.130, p.426-446, 2017.

_____, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n.104, p.605-631, 2010.

SOUZA, Adnna R. A. de; MOURA, Thayse P. O. Estágio Supervisionado em Serviço Social. Cenário Institucional. Graduação em Serviço Social – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.



REIS, Luiz Fernando. Dívida pública, política econômica e o financiamento das universidades federais. **Revista Universidade e Sociedade**. Brasília: ANDES, n.57, p.16-35, 2016.

VON DENTZ, Marta; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica. **Serviço Social & Sociedade**, [s.l.], n.121, p.7-31, 2015.